

VISÃO PANORÂMICA DA CONJUNTURA MUNDIAL E NACIONAL

OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO

Manejando com desembaraço apreciável acervo de dados numéricos, o autor focaliza, com espírito de síntese, os aspectos mais relevantes da conjuntura mundial e nacional. Trata-se de um estudo objetivo em que os números falam por si. Nessa larga visão dos problemas brasileiros e mundiais, um ponto cumpre ressaltar: o impacto dos desequilíbrios regionais sobre uma e outra conjuntura. De um lado, o chocante contraste entre os países altamente industrializados e aqueles onde o ônus do subdesenvolvimento, afetando cerca de dois terços da população mundial, se traduz em índices que exprimem, muitas vezes, um estado de extrema miséria; de outro lado, o contraste, não menos chocante em nosso caso, dos "dois Brasis": o Brasil progressista do Sul e de certas áreas do Leste e o Brasil pobre e desamparado do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Num e noutro caso, só uma economia de solidariedade, objetivamente planejada e realizada, pode corrigir essas desigualdades, em termos de equilíbrio, justiça e bem comum.

As publicações das Nações Unidas e do Fundo Monetário Internacional nos permitem acompanhar mensalmente as atividades mercantis do mundo. Essas atividades podem ser apreciadas tanto do ponto-de-vista geográfico como do ponto-de-vista econômico.

Do ponto-de-vista geográfico, vamos encontrar as maiores atividades econômicas no Ocidente, onde a Europa participa com 45 % na exportação e 38,5 % na importação, e a América com 30 % na exportação e 24 % na importação, para o intercâmbio mundial. Esse intercâmbio, em 1961, montou a 124.7 bilhões de dólares na exportação e a 141 bilhões de dólares na importação, sendo que 89 % dessas atividades foram realizados no Hemisfério Norte.

Entre os principais países do Hemisfério Sul, vamos encontrar a Austrália (1,75 %), a África do Sul (1,1 %) e o Brasil (1,1 %), que participaram em 1961 com menos de 2 % para o comércio mundial.

A América Latina figurava com cerca de 8 % no intercâmbio mundial do ano passado.

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Do ponto-de-vista econômico, os países industriais entraram com 70 % para o total da exportação, ao passo que na importação sua participação foi de somente 56 %.

Há ainda a considerar os vários blocos econômicos.

Em 25 de março de 1957, foi assinado um tratado em Roma por seis países europeus: Bélgica, Luxemburgo, França, Itália, República Federal Alemã e Holanda. Esses seis países representavam, naquela época, cerca de 22,5 % da exportação mundial e 19 % da importação total.

O Mercado Comum Europeu, formado por esses seis países, só começou a sentir seus benéficos efeitos a partir de 1959. Comparando-se a exportação de 1957 com a de 1961, foi de 43 % o acréscimo obtido no último quadriênio. Quanto à importação, o aumento foi de 29,5 % no mesmo período.

No último ano (1961), o Mercado Comum Europeu representava 26 % na exportação mundial e 23 % na importação total.

Outro bloco econômico foi formado na Europa em maio de 1959, o chamado *European Free Trade Agreement* (E.F.T.A.), cujo tratado foi assinado em Estocolmo (Suécia), pela Inglaterra, Áustria, Dinamarca, Noruega, Portu-

gal, Suécia e Suíça. Êsses sete países representavam 14,6% na exportação e 15% na importação mundial de 1957.

No período 1957/1961, foi de 18% o acréscimo obtido por êsse bloco econômico na exportação, e de 16% na importação.

No ano passado (1961) a participação dêsse grupo de sete países foi de 15,5% na exportação e de 16,2% na importação mundial.

Verifica-se, pois, que foi bem mais significativo o progresso obtido pelo Mercado Comum Europeu no período de 1957/1961 do que o obtido pelos sete países da Zona Livre de Comércio.

No Continente americano, destacam-se dos demais os países que adotam a língua inglesa: Canadá e Estados Unidos. Êsses dois países contribuíram, em 1957, com 23% para a exportação e 15,8% para o total da importação mundial.

Enquanto mantiveram sua posição na importação de 1961 (16%), os Estados Unidos e Canadá declinaram em cerca de 1,5% na sua exportação (21,5%) para o mundo, no ano passado.

PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO MUNDIAL

Em valor estimado em dólares, o Brasil ficou estagnado, e até regrediu, se compararmos as estatísticas com as de dez anos passados.

Menor foi sua participação proporcional em 1961, com 1,12% na exportação e 1,04% na importação, uma vez que em 1957 era de 1,24% e 1,08%, respectivamente.

A América Latina e o Brasil não acompanharam, em valor dólares, a evolução do comércio mundial, pois, dada a desvalorização de suas moedas, percebem, anualmente, menos dólares pelos seus produtos de exportação, embora em quantidade e em moedas nacionais as estatísticas expressem progresso.

O mesmo está acontecendo com a Ásia (excluindo-se o Japão), com a África e com a Oceânia, pois também não progrediram na exportação em dólares.

Os países socialistas entraram para o intercâmbio mundial com 11,8% na exportação, e com 9% na importação, em 1957. Melhoraram sua posição em 1961, com 13% na exportação e 12% na importação. Constituem um bloco à parte, pois é intenso o intercâmbio entre eles. A U.R.S.S. exporta cerca de 75% para os outros países socialistas e deles importa cerca de 69%.

São maiores compradores de produtos da U.R.S.S. a Alemanha Oriental (18,5%), a China (17,2%), a Checoslováquia (11%) e a Polônia (8,8%). Estes países juntos importam mais da metade (55,5%) da exportação soviética.

Também na importação soviética os quatro países predominam. A China (19,5%), a Alemanha Oriental (15,8%), a Checoslováquia (10,4%) e a Polônia (5,3%) exportam para a U.R.S.S. mais da metade (51,3%) da importação soviética.

Depois da U.R.S.S., é a China o país de maior intercâmbio no bloco socialista, mantendo cerca de metade de seu comércio com a U.R.S.S. e 75% com o conjunto do bloco socialista.

Do bloco socialista, a Polônia é o país que mais negocia com o Ocidente (44%). Vêm em seguida a Checoslováquia e a Hungria, com 40% de seu comércio fora da área socialista.¹

OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Outro aspecto deve ser considerado: o dos países subdesenvolvidos.

Nesse mundo em que vivemos, das mais espetaculares conquistas da técnica, o que mais choca ao estudioso da economia é a diferença de padrão de vida entre os habitantes dos países adiantados e o dos subdesenvolvidos. Não são as questões ideológicas que mais agitam o mundo. São os desejos do homem de melhorar seu padrão de vida, sabendo, pelos exemplos de outros países, que há condições que lhe

¹ *International Financial Statistics*. Fundo Monetário Internacional, julho, 1962.

podem oferecer *um melhor amanhã*. Aquilo que antigamente parecia um sonho, hoje é desejado impacientemente por milhões que ainda vivem em baixo padrão de vida. O problema é dos mais sérios e difíceis.

Mais de cem países e territórios, dos que fazem parte das Nações Unidas, abrigam mais de 1 300 milhões de habitantes que vivem em extremo estado de pobreza. Se a esses países acrescentarmos a China continental (650 milhões), teremos mais de dois terços dos habitantes do mundo desejando melhores dias.

São considerados países subdesenvolvidos os que possuem tôdas ou algumas das deficiências abaixo indicadas:

a) Falta de indústrias de base, ou existência de indústrias obsoletas, que não suprem as necessidades do mercado interno.

b) Meios de transportes e de comunicações inadequados.

c) Organizações escolares e hospitalares insuficientes para as necessidades da população.

d) Sistema bancário obsoleto, gerando a especulação, ao invés de estimular o investimento de capital em atividades produtivas.

e) Exportadores típicos de matéria-prima e de gêneros alimentícios e, alguns, de poucos produtos semimanufaturados.

Estão nessa classificação de países subdesenvolvidos alguns países europeus como a Albânia, Bulgária, Grécia, Hungria, Polônia, Portugal, Romênia, Espanha, Turquia e Iugoslávia, e quase todos os países da Ásia, África e América Latina.

É difícil avaliar a renda *per capita* de cada país e fazer comparações em uma única moeda como, por exemplo, em dólar norte-americano.

Seria melhor, talvez, avaliar o padrão de vida local através do conforto e das facilidades que a natureza oferece e que a educação e a técnica do povo saibam aproveitar em benefício das condições de vida espiritual e material da comunidade.

Segundo a *Enciclopédia Britânica* (Yearbook de 1962) o Brasil estava, por exemplo, classificado entre os países de renda *per capita* inferior a US\$200,00, ao passo que a Argentina, o Chile, Uruguai e Venezuela entravam no grupo superior a US\$300,00 *per capita*.

Ora, este cálculo foi feito em fins de 1961. Depois dessa avaliação, nosso cruzeiro passou a valer menos um terço do que valia, em relação ao dólar, pois a taxa oficial de câmbio era cerca de Cr\$300,00 por dólar, em setembro de 1961, e hoje é de cerca de Cr\$450,00.

Nessas condições, a estimativa, hoje, de nossa renda *per capita* sofrerá uma redução de mais de 30%, em dólares, o que colocará o Brasil, entre os países subdesenvolvidos, em escala ainda mais baixa, junto à maioria dos países africanos e asiáticos que formam o grupo de padrão de vida inferior, estimado em torno de US\$100,00 *per capita*.

Para levantar o padrão de vida dos países subdesenvolvidos, várias medidas adequadas devem ser tomadas, medidas essas de graus diferentes para cada país, mas que, de modo geral, devem envolver os seguintes problemas:

- a) Falta de capital.
- b) Estímulo à exportação para cobrir as necessidades de importação.
- c) Melhoria da produtividade.
- d) Pesquisas sobre o melhor aproveitamento dos recursos naturais.
- e) Treinamento de pessoal técnico para o efetivo aproveitamento das fontes de produção.
- f) Planejamento, a curto e a longo prazo, de problemas que envolvem não somente a parte econômica, mas principalmente a parte psico-social.²

O Brasil, embora tenha desenvolvido espetacularmente sua industrialização em algumas regiões, ainda sofre as conseqüências de país subdesenvolvido em outras regiões que abrangem a maior parte de seu território, como veremos a seguir ao apresentar uma visão panorâmica de nossa economia regional.

² *Enciclopédia Britânica*, 1962.

Nos seus 8 516 037 km² de área territorial, abriga o Brasil cerca de 70 milhões de habitantes, segundo o censo de 1960.

O Norte, ocupando 42% da superfície, com 3,68% da população, não possui nem 1 habitante por km² (0,73). O Nordeste, com mais de 11% da superfície, abriga 22% da população, ou seja, 16,35 habitantes por km². Ao Centro-Oeste, com 22% da superfície, correspondem somente 4,25% da população, isto é, 1,6 habitantes por km². O Leste, com cerca de 15% da área territorial (14,8%), abriga 35% da população, vale dizer, 19,9 habitantes por km². E, finalmente, o Sul com somente 9,7% da área territorial, conta com 34,87% da população, ou seja, 30,47 habitantes por km².

Essa disparidade entre a área territorial e a população ainda é mais acentuada se considerarmos as proporções dos recursos naturais e humanos.

Enquanto o Leste (32,17%), o Sul (26,85%) e o Norte (21,88%), dispõem de grandes recursos de potencial hidráulico, o mesmo não acontece com o Centro-Oeste (14,72%) e o Nordeste (4,38%).

Já é diversa a posição quanto aos recursos da produção extrativa mineral, cujos valores são maiores ao Sul (39,7%) e a Leste (32,7%), que, juntos, representam mais de 72% do total do valor da produção, e proporção ainda maior, se considerarmos as quantidades produzidas (84%).

A produção extrativa vegetal está pouco mais diversificada, pois o Nordeste (35,8%) e o Norte (26,2%), juntos, representam 62% da quantidade produzida e 84% de seu valor total.

Na agricultura, muda completamente o panorama: o Sul (50%) e o Leste (41,6%), juntos, representam mais de 91% das lavouras permanentes e 49% da área agrícola total.

O mesmo acontece com as indústrias de base, em que o Leste (77,4%) e o Sul (22%) produzem quase cem por cento da produção de aço em lingotes e mais de 88,5% da produção de cimento.

No consumo de derivados de petróleo, há melhor distribuição entre Leste, Sul e Nordeste, no que diz respeito à gasolina de aviação e querosene; cerca de 82 % de gasolina de aviação e 92 % de querosene são consumidos nas três regiões.

O mesmo não acontece, porém, com óleo lubrificante, óleo combustível e óleo diesel, cujo maior consumo está concentrado no Sul (55 %) e Leste (33 %), ou seja, 88 % do total.

Também o Leste (44,4 %) e o Sul (50,9 %) contam com mais energia elétrica, sendo a potência instalada total de cerca de 95 % nessas duas regiões.

Os transportes, tão necessários à melhor distribuição das riquezas, também são mais fáceis no Leste e no Sul, onde 79 % da rede ferroviária e mais de 49 % da rede rodoviária estão concentrados. Conseqüentemente, 90 % dos automóveis, 88 % dos caminhões, 85 % dos ônibus, e 81 % dos tratores estão localizados no Sul e Leste.

Maior é, ainda, a concentração da indústria. Mais de 60 % do número de estabelecimentos industriais (61,4 %), do número de operários e funcionários (62,1 %), dos salários pagos (65,6 %), do consumo de matérias primas (69,8 %), do consumo de combustíveis, lubrificantes e energia elétrica (55,6 %), e do valor da produção (68 %) se concentram na região Sul.

Se adicionarmos o Leste, que conta mais de 25 %, teremos 94 % do valor da produção industrial brasileira no eixo Sul-Leste.

O mesmo acontece quanto aos rebanhos. Excetuado o de caprinos, do qual mais de 55 % se encontram no Nordeste, os demais estão nas regiões Leste-Sul em proporção superior a 70 % do total.

Como decorrência dessa concentração dos fatores da produção, 68 % da exportação por cabotagem e 70 % da importação total do comércio costeiro cabem à Leste-Sul, bem como mais de 90 % do comércio exterior.

Em consequência dessa concentração econômica, o movimento bancário nessas regiões é também superior a 90 %.

Como homem de empresa, sentimos constantemente a falta de elementos humanos habilitados, que possam contribuir para a melhoria da produtividade.

Dos alunos inicialmente matriculados no ensino primário em 1959, menos de 18% concluíram o curso, e dos que chegaram ao fim do curso primário 58,5% estavam localizados na região Sul e 31,5% na Leste, ou seja, 90% na Leste-Sul.

No ensino médio, pouco mais de 16% concluíram o curso iniciado e no curso superior cerca de 20%, apenas. O Sul e o Leste concentram mais de 85% dos alunos matriculados no ensino superior.

Mais de 50% do total dos alunos matriculados no ensino superior cursam as cadeiras de direito, filosofia, ciências e letras e artes liberais; 11,5%, engenharia; 10,5%, medicina; 9%, ciências econômicas, contábeis e atuárias; 2,4%, farmácia; 3%, agronomia e veterinária.

Essas proporções de estudantes matriculados no ensino primário e no ensino superior explicam, de certo modo, a deficiência que sentimos no estímulo à produtividade industrial e agropecuária, num país tão necessitado de técnicos em profissões especializadas.

O Brasil está no rol dos países considerados subdesenvolvidos e tem no mercado mundial, como principais concorrentes, outros países também subdesenvolvidos, não somente da Ásia, mas principalmente da América Latina e da África.

Embora economicamente subdesenvolvido, o Brasil adota leis sociais de países superindustrializados, o que encarece sobremodo os custos de produção em relação aos países concorrentes onde não há tão avançada legislação.

Temos falta de técnicos e de outros elementos que constituem a Força de Trabalho. No entanto, há quem lute pela semana de 40 horas e pela aposentadoria aos 30 anos de serviço, o que redundará, se essas medidas forem adotadas, numa redução de mais de 25% da atual Força de Trabalho, que já é considerada deficiente para nossas necessidades.

Os problemas regionais sempre existiram no Brasil, desde as épocas coloniais, quando o Nordeste era a região

privilegiada. No fim do governo monárquico, era o Norte que gozava os benefícios do progresso, pois em 1872 seu intercâmbio com o exterior, *per capita*, era superior ao de qualquer outra região: mais do dôbro do intercâmbio *per capita* do Nordeste, 95 % superior ao do Sul, 45 % superior ao do Leste. A situação foi mantida, embora em menor escala, até 1900.

O café trouxe ao Sul o progresso, auxiliado por dois fatores importantes: o transporte ferroviário, com a ligação de Santos a Jundiaí após 1867, e o imigrante europeu, que deu ao Brasil "cabeças pensantes" em substituição ao braço escravo.

Dando ao café a oportunidade de se desenvolver paralelamente ao progresso proporcionado ao mundo pela Revolução Industrial, a fortuna foi mais pródiga com o Sul: as divisas resultantes da exportação cafeeira puderam ser melhor aproveitadas para o desenvolvimento do país.

De fato, foi com essas divisas que teve início a construção de estradas de ferro e dos meios de comunicações (telégrafos e cabos submarinos) e, mais tarde, paulatinamente, foi criado nosso parque industrial, acompanhando sempre a evolução da ciência e da técnica.

A concentração, porém, de 70 % da população numa quarta parte do território nacional (Leste e Sul), onde os recursos econômicos e financeiros atuam em proporções de 60 % a 94 %, traz problemas psico-sociais, políticos e econômicos que exigem medidas adequadas a cada região, dada a diversidade das condições geo-econômicas a serem consideradas.

OBSERVAÇÕES EM TÓRNO DA CONJUNTURA

A visão panorâmica que acabamos de descrever, tanto da conjuntura mundial como da nacional, sugere-nos algumas observações.

Os problemas de âmbito internacional entre nações são muito semelhantes aos nossos problemas nacionais entre regiões.

A contribuição dos países industriais para o intercâmbio mundial cria, perante os demais países, problemas seme-

lhantes aos que ocorrem, no Brasil, entre as regiões Sul-Leste, de um lado, e Norte, Nordeste e Centro-Oeste, do outro.

A proporção do intercâmbio do Sul do Brasil com as demais regiões lembra a contribuição do Mercado Comum Europeu e dos países americanos de língua inglesa para o comércio mundial.

Os problemas das zonas subdesenvolvidas do Brasil, como a região do Polígono das Sêcas, são muito parecidos com os da Ásia ou da África, tanto do ponto-de-vista econômico como do psico-social.

Os países que mais progridem na economia mundial, ou seja, os do Mercado Comum Europeu, os da Zona Livre de Comércio, o Canadá, os Estados Unidos e o Japão, têm suas economias em bases estáveis, com o custo de vida subindo entre 1% e o máximo de 5% ao ano e os salários com poder aquisitivo sempre mais elevado do que o índice do custo de vida. Isto quer dizer mais conforto e mais tranquilidade de espírito para seus habitantes, que podem trabalhar com mais entusiasmo para obterem recursos para a execução de seus planos a longo termo.

Entre 65 países relacionados pelo Fundo Monetário Internacional, 48 tiveram seus índices de custo de vida elevados em menos de 4% ao ano, sendo que desses 48 países dezessete não tiveram aumentos superiores a 1,5% ao ano, nos últimos oito anos.

Nesse período de oito anos (1953 - 1960), somente a Bolívia (3 600) e a Argentina (671) bateram o Brasil (606) na elevação do custo de vida.

Infelizmente para nós, entretanto, o Brasil foi, no último biênio (1960/1961), o campeão da elevação do custo de vida, pois, enquanto aqui os preços subiram mais de 67% em dois anos, na Argentina a elevação foi de 45% e na Bolívia somente de 21%.

Enquanto em 48 países a elevação do custo de vida ficou, como já dissemos, inferior a 4% ao ano, no Brasil, nos últimos doze meses, o aumento foi superior a 4% ao mês, sendo que o custo da alimentação se elevou na base de 5,6% ao mês, em média, no mesmo período.

Esse ambiente é propício a tôda sorte de agitação social, e está sendo bem aproveitado por políticos que desejam a mudança do atual regime. É fator de enfraquecimento do Poder Nacional no campo psico-social.